

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Editora do autor, 2002.

## **Histórias & Militâncias: trajetória de Derlei Catarina de Luca**

*Stories & militancy : path Derlei Catarina de Luca*

Heloísa Nunes dos Santos<sup>1</sup>

Mesclando trechos de seus diários, poemas, documentos oficiais, a autora narra sua trajetória de resistência ao golpe civil-militar de abril de 1964 que restringiu a liberdade de ação dos militantes das organizações política de esquerda. As restrições impostas pelo golpe militar foram diminuindo os espaços de atuação política legal. Partidos políticos dissolvidos, organizações políticas declaradas ilegais, sindicatos, universidades associações de classe e entidades estudantis proibidas e invadidas. Restaram, à militância política de esquerda, poucas alternativas. É sobre este contexto brasileiro que Derlei Catarina de Luca se debruça e narra suas memórias de militância do movimento estudantil à Ação Popular no livro ora resenhado.

Catarinense da cidade de Içara, a autora começou sua militância no movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, posteriormente foi para Juventude Católica e Ação Popular, um caminho comum seguido por muitos militantes ligados a fé cristã. Dentro dos projetos da Ação Popular estava a “integração na produção”, com o objetivo de transformar ideologicamente seus militantes<sup>2</sup>. Alguns militantes eram destinados à integração no campo, trabalhando nas lavouras, morando em casa de pau-a-pique, outros realizaram trabalho de integração nas fábricas, morando na periferia, andando de ônibus. Este processo de integração na produção empurrava os militantes para a condição de clandestinidade, questão que permeia todo o livro, mas que no caso de Derlei ocorre ainda no movimento estudantil, quando passou a usar o nome de Leila.

A clandestinidade vivida por esses militantes representava uma ruptura forçada com seu contexto cultural e afetivo, a autora revela que a vida afetiva era confusa e na prática não existia, namorados, casais, noivos eram muitas vezes separados por definições políticas de trabalho. Em alguns poemas escritos ainda no período de militância e que fazem parte do livro, a autora retrata suas angústias e dúvidas em relação a sua militância e ao amor, por exemplo. No fim do primeiro capítulo *A clandestinidade*, encontramos o primeiro poema datado de janeiro de 1969 em alguma praia do Paraná, onde a dor da separação de um amor é narrada e compreendida à medida que se entendia que o compromisso assumido com a militância era maior do que qualquer outro compromisso.

Passar a clandestinidade, ou melhor, torna-se clandestino, fazia parte de um processo de constituir-se, de subjetivar-se. Derlei revela como construiu uma narrativa de sua “origem” para suas novas colegas da fábrica. Em 1969, ela foi designada pela AP para o movimento operário, logo, se dirige a Curitiba para iniciar o trabalho na fábrica.

Fazer o aprendizado de vida operária, aprender a ser como eles, usar máquinas, ter registro na minha carteira profissional novinha, com o nome de Deise Campos. Aprendo a criar uma história, uma lenda, a estabelecer uma cobertura com dados coerentes. *Deise Campos nasceu no Mato Grosso, perdeu os pais, veio buscar trabalho no sul. Quem sabe ela não encontra os parentes da família que eram daqui?.* (DE LUCA, 2002: 37)

Suas memórias estão repletas de subjetividade, emoções e detalhes. Além da seleção do que deve ser lembrado, existe a possibilidade de modos particulares de lembrar. Como ocorre com as lembranças sobre a clandestinidade, são poucos os relatos de militantes que dão detalhes ou simplesmente narram tal vivência. A clandestinidade torna-se um hiato em suas narrativas de militância, alguns militantes relatam terem receio de tornarem públicas tais experiências, por

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista FAPESC/CAPES. E-mail: heloisianunes@gmail.com

expô-los a julgamentos de terceiros, principalmente, quanto ao seu caráter. Já que houve a necessidade da mudança de nome, de vestimentas, foram cortes de cabelo, uso de óculos e até mesmo em situações mais extremas cirurgias plásticas. Alguns militantes mesmo depois da Anistia, mantiveram suas identidades falsas por terem sido admitido em concursos públicos, casado oficialmente, tudo com outra identidade. A própria autora relata seu desconforto em ver na certidão de nascimento de seu filho o nome verdadeiro do pai, não militante, e seu nome “frio” ainda por conta de sua militância, “vou dormir chorando. Não me conformo em não ser mãe do meu filho”, conta ela.

Na escrita de Derlei percebemos também como questões relacionadas as “especificidades femininas” são relatadas com destaque. Dentro dos doze pontos das orientações de segurança da Ação Popular que são apresentados no livro, havia uma específica para as mulheres; “5. As mulheres devem evitar andar com jornal na mão, fumar na rua e tomar cafezinho em bar;”, desse modo havia uma conduta diferenciada que se exigia das militantes, o que a autora questiona em determinados trechos de sua narrativa.

Em certa passagem do capítulo *Bahia de São Salvador*, a autora critica a postura da organização que recomendava aos militantes não terem filhos; e, as mulheres que em caso de gravidez fosse realizado aborto, ela conta ter sido a primeira vez que recusou aceitar decisões da direção em sua vida pessoal, quando seguiu com a gravidez. No entanto, tempos depois decide por deixar seu filho com sua família como medida de proteção e segue na militância, decisão que outras militantes também tiveram que tomar. Vale lembrar que quando se tratava de filhos de dirigentes, de modo geral, se mantinha a família nuclear, quando as esposas, muitas delas não militantes, acompanhavam os maridos militantes.

O livro *No Corpo e na alma*, contraria a tradição cultural do silêncio a que foram submetidas as mulheres por séculos, compondo desse modo, uma literatura de testemunho sobre a militância durante a ditadura militar brasileira que vai além da voz autorizada, ou seja, a escrita masculina. As dificuldades enfrentadas por Derlei Catarina de Luca, ao romper este silêncio traumático e tornar públicas suas experiências e vivências desde a militância no movimento estudantil, clandestinidade, prisão, tortura, exílio e retorno ao Brasil, são apresentadas aos leitores como um esforço necessário de denúncia e resistência à ditadura, as estruturas da esquerda, mas sobretudo se contrapondo a um vazio de dados e informações a respeito da participação feminina neste processo de resistência.

## Notas

2. LIMA, Haroldo, e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular:** da JUC ao PC do B. V. 33. Editora Alfa-Omega, 1984.